

Ministra do STF suspende decisão que permitia terapia da ‘cura gay’

Conselho Federal de Psicologia (CFP) proíbe psicólogos a oferecerem serviços para tratamento da homossexualidade

(O Globo, 24/04/2019 - acesse no site de origem)

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma liminar cassando a decisão que permitia a prática de “reversão sexual”, também conhecida como “cura gay”. Com isso, volta a valer o entendimento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que proíbe psicólogos a oferecerem serviços que proponham o tratamento da homossexualidade. A decisão é do dia 9 de abril, mas só foi publicada nesta quarta-feira.

A ministra Cármen Lúcia, responsável pelo caso, defende que é papel do STF julgar esse tipo de alteração. Por isso, a decisão do juiz federal Waldemar Claudio de Carvalho, da 14ª Vara Federal no Distrito Federal, que permitiu o tratamento no fim do ano passado, não seria válida.

“Neste exame preliminar e precário, próprio desta fase processual, parece haver usurpação da competência deste Supremo Tribunal prevista na al. a do inc. I do art. 102 da Constituição da República a justificar a suspensão da tramitação da Ação Popular”, defende a ministra.

Autor do recurso que cassou a ação popular que permitia a prática da “cura gay”, o Conselho Federal de Psicologia comemorou a decisão.

- Sem duvida nenhuma essa é uma grande vitória para a psicologia brasileira. Ela suspende uma possível violação grave dos direitos humanos - afirmou o conselheiro Pedro Paulo Bicalho.

Processo

Em setembro de 2018, o juiz Waldemar Claudio de Carvalho permitiu, em decisão provisória, psicólogos a tratarem gays e lésbicas como doentes, em terapias de reversão sexual, sem sofrerem censura por parte dos conselhos de classe. Esse tipo de tratamento é proibido pelo CFP desde 1999.

Três meses depois, na decisão final, Carvalho recuou e tirou do documento o trecho que permitia expressamente a possibilidade de atendimento com a finalidade de “(re)orientação sexual”. O magistrado, no entanto, manteve o entendimento que permitia psicólogos de fazer atendimentos a homossexuais insatisfeitos com a própria sexualidade, com o propósito de investigação científica. Com a decisão do STF, essas permissões foram revogadas.

A resolução do CFP questionada na Justiça estabelece há 19 anos normas para atuação dos psicólogos relacionadas à orientação sexual. A decisão do juiz do DF não derrubava a resolução, mas obrigava o conselho a dar nova interpretação ao texto. Desde 17 de maio de 1990, há 27 anos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de classificar a homossexualidade como patologia e a retirou da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Victor Farias

‘Nem famílias visitam as mulheres presas’, diz Cármen Lúcia

No dia em que deixou de ser presidente do Supremo e do CNJ, Cármen Lúcia já estava informada sobre onde se encontravam as 483 presas grávidas ou lactantes do Brasil. “Todas foram ouvidas pela juíza auxiliar”, disse à plateia – inteiramente feminina – que assistiu ao encontro da Human Rights Watch sobre “Mulheres, Direitos e Poder”, ontem, na Casa Manioca, no Jardim Paulistano. Participou também da conversa a desembargadora Kenarik Boujikian, do TJSP – conhecida pelo ativismo em direitos humanos e por ter condenado Roger Abdelmassih a 278 anos de prisão em 2010.

(O Estado de S. Paulo, 11/12/2018 - acesse no site de origem)

As duas falaram sobre a mulher como vítima e sobre a presa grávida, em painel com a diretora executiva da HRW no Brasil, Maria Laura Canineu, e a jornalista Ana Paula Padrão. “A fila de espera para visitar em presídios masculinos é enorme. A maioria das visitas é de mulheres, que vão ver seus filhos, seus maridos. Já no presídio feminino, não vai ninguém. Nem as famílias”, alertou a ministra.

Na visão de Cármen e Kenarik, a mulher encarcerada é tratada com mais dureza pela sociedade. “Há uma cobrança para que as mulheres sejam recatadas e do lar. Então, uma mulher não pode praticar crime. E (quando os comete) tudo com elas é mais cruel”, lamentou a desembargadora.

Kenarik deu um exemplo de como o próprio Judiciário encontra mecanismos para punir mulheres descartando direitos previstos em lei: as que tentam um aborto caseiro, que passam por complicações médicas e vão parar no hospital são muitas vezes alvo de processo criminal com base em depoimentos de profissionais da saúde. “E os juízes assinam em baixo. Mas isso não é uma prova permitida, em razão do sigilo médico”, explicou.

Sobre o caso de Abdelmassih, Kenarik disse ter aprendido na prática o que as pesquisas já dizem: mulheres vítimas de violência sexual não confiam na Justiça. “As pessoas perguntam por que elas demoram para noticiar o crime. Mas o que nós damos, como Estado, de suporte para que essa mulher faça alguma coisa? É muita dor para você carregar e levar para a frente de um estranho”, argumentou. E garantiu à plateia, com a voz abatida, que nunca chora quando está em audiência.

Cármen Lúcia diz sofrer preconceito por

ser mulher e pede Constituição em defesa das minorias

Em seminário no Rio, magistrada afirma que é importante discutir o tema no Brasil: 'O Direito não resolve'

[\(Estadão.com, 12/11/2018 – acesse no site de origem\)](#)

A ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia falou nesta segunda-feira, 12, no Rio, sobre preconceito que sofreu ao longo da vida e carreira na área jurídica por ser mulher. “O preconceito continua e o Direito não resolve. O que resolve é a sociedade sabendo do preconceito e sabendo como lidar com ele”, afirmou, em seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Preconceito prevalece entre minorias; sofro preconceito por ser mulher”, afirmou.

Na opinião de Cármen Lúcia, uma das principais desigualdades no Brasil é a “retratada contra a mulher”. Por isso, acredita ser importante a discussão do tema. “Essa é uma construção social da qual estamos distantes. Não é com tempo que chegamos lá. É com esforço de cada brasileiro. Não entrego a responsabilidade à sociedade por isso. Muitas vezes, nos acanhamos”, afirmou.

Ela ainda lembrou que, como presidente do STF, visitou penitenciárias e verificou que a situação das mulheres é muito mais difícil nesses casos do que a dos homens. “A fila de visita a mulheres não tem quase ninguém porque muitas vezes os chefes daquelas famílias proíbem até mesmo as mães de visitarem as filhas. Que sociedade teremos com essa falta de olhar? Que sociedade queremos ter para que a gente mude?”, disse, ao acrescentar que o Direito tem que garantir às mulheres “que elas sejam o que querem”.

Cármen Lúcia ainda disse que os homens fazem as mulheres felizes, mas também dão muitas tristezas. “Eu adoro os homens. Que declaração infeliz... Gosto do ser humano em geral. Homens e mulheres podem se fazer felizes”, acrescentou, ao ser perguntada por uma integrante da plateia sobre “dependência afetiva” das mulheres em relação aos homens.

Ela ainda acrescentou que as minorias não estão em risco porque acredita que o direito à igualdade previsto na Constituição será respeitado no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL). “Eu não tenho posicionamento partidário para me posicionar politicamente. Como juíza e professora de Direito Constitucional, todas as pesquisas, tudo que eu vivo e as pessoas com quem convivo são (comprovam) que há sim preconceito, há direitos conquistados que a gente precisa fazer valer, permanentemente. O que digo é apenas que a Constituição há de ser aplicada”, afirmou.

A ministra disse não ser “boba” para não saber que há preconceito contra ela. “Há (preconceito) por ser juíza? Sim. Por ter chegado a uma determinada situação? Às vezes, muito mais. Mas eu não sou nem um pouco cega para não ver que em outros lugares em que mulheres que tiveram muito menos oportunidade também houve muito maior preconceito e que, muitas vezes, acontece isso porque as mulheres não reagem, até por conveniência”, disse.

Ao ser perguntada sobre a ausência de representatividade feminina no futuro governo de Bolsonaro, ela respondeu que “só o próprio titular da equipe é capaz de dizer isso”. Ela ainda

negou que as minorias estejam em risco, porque a Constituição “está valendo e prevalecendo”

Durante a campanha, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, foi criticado por ter dado, ao longo dos mandatos como deputado federal, declarações polêmicas sobre mulheres, negros e homossexuais. O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, afirmou em entrevista ao Fantástico, da TV Globo, não ver em Bolsonaro traços de preconceito contra esses grupos.

Na palestra, a ex-presidente do STF ainda defendeu a ampla transparência das atividades dos membros de instituições democráticas, sem informar, no entanto, a quais se referia. “O Brasil tem situação em que engole elefante e engasga com a formiga. O Brasil consegue ter um tribunal constitucional que julga em público. Isso não é de menor importância. Quisera eu que essa mesma discussão democrática estivesse em todas as instâncias democráticas no Brasil. Seria positivo para as minorias”, disse.

Por Fernanda Nunes, O Estado de S.Paulo

Cármem Lúcia e Raquel Dodge defendem igualdade de direitos e de dignidade entre homem e mulher

Presidente do STF e procuradora-geral participaram nesta segunda (20) de evento sobre promoção da mulher na sociedade e no Estado. Rosa Weber destacou importância do voto das mulheres.

(G1, 20/08/2018 - acesse no site de origem)

Chefes do Judiciário e do Ministério Público no país, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defenderam nesta segunda-feira (20) a igualdade efetiva das mulheres em relação aos homens na sociedade, durante seminário realizado nesta segunda na sede da Suprema Corte para discutir o tema.

Em seus discursos, as duas também alertaram para o quadro de violência contra as mulheres, especificamente no Brasil. Repetiram em discursos que é preciso garantir a elas não só a igualdade em direitos, mas também em dignidade.

“Se somos maioria da população, é estranho que não sejamos nós respeitadas naquilo que há de mais central no direito, que é o respeito à dignidade humana. O direito de sermos iguais na nossa dignidade e diferentes na nossa individualidade”, disse a ministra, após mencionar casos recentes de feminicídio no país.

No evento também discursaram as presidentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz; a advogada-geral da União, Grace Mendonça; e a procuradora-geral da Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado. Todas chamaram a atenção para as dificuldades de

ascensão da mulher na carreira pública.

Citando a história bíblica de Adão e Eva, a ministra brincou, afirmando que se o que se diz é que a mulher “foi capaz de virar o mundo de cabeça para baixo, nós seguramente juntas vamos fazer o mundo voltar de cabeça para cima, porque para baixo ele esteve até hoje”.

Raquel Dodge, por sua vez, disse que a dignidade requer não só a proteção contra o abuso, mas também a possibilidade de as mulheres alcançarem seus sonhos e objetivos na sociedade.

“A pauta das mulheres é de plena dignidade, de sermos senhoras de nossos destinos, protagonistas de nossa história. De sermos o que podemos ser, pelas lutas e esforços”, afirmou a procuradora-geral.

“Queremos participar. As decisões nacionais e mundiais afetam diretamente a vida e os direitos das mulheres, de modo que é natural que participemos da tomada de decisões em todos os níveis. Queremos agregar nossa visão de mundo, nosso modo de resolver as coisas, nossas prioridades pessoais. Fazer tudo isso junto com os homens, porque somos seres humanos iguais em dignidade e em direitos”, completou depois.

Mulheres na política

Também presente no evento, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, chamou a atenção para a disparidade entre os gêneros na representação política. Citando os últimos dados da Corte eleitoral com os números de pedidos de candidaturas para as eleições deste ano, ela disse que o voto feminino, majoritário no país, é fundamental para mudar o quadro.

Dos mais de 27 mil pedidos de registro, somente 8,5 mil são de candidatas (30,7%), pouco mais do mínimo exigido em lei. No país, destacou Rosa Weber, do total de 147,3 milhões de eleitores aptos a votar, 73,3 milhões (52,5%) são mulheres. Atualmente, na Câmara dos Deputados, mulheres são menos de 10%, e, no Senado, 18%, pontuou a presidente do TSE.

“Façamos, mulheres, ao exercer todas nós esse direito essencial da cidadania que é voto, a diferença para um fortalecimento para o estado democrático de direito, conquista diária e permanente de todos nós, com a consciência de que em nossas mãos, mulheres, está o destino do país, com a construção de sociedade que todas queremos igualitária, justa e inclusiva”, conclamou a ministra, ao final de sua fala.

No seminário, ainda participam mulheres de destaque no mundo executivo e na classe artística: a presidente da Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano; a presidente da Goldman Sachs, Maria Silvia Bastos Marques; a presidente da Rede Sarah de Hospitais, Lucia Braga; a primeira-secretária da Academia Brasileira de Letras, Ana Maria Machado; a cantora Alcione; e a sócia-fundadora da Betânia Tanure Associados, Betânia Tanure.

Renan Ramalho

Ministra exalta Lei Maria da Penha, mas lembra a sucessão de feminicídios

Nesta terça-feira (7/8) em que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) completa 12 anos, a presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, chamou a atenção para o aumento do assassinato de mulheres na sociedade brasileira.

[\(CNJ, 07/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A referência foi feita durante a abertura da 275ª Sessão Ordinária do CNJ.

Em seu pronunciamento, a ministra citou como um avanço o aumento dos julgamentos dos casos de violência doméstica no País no âmbito da campanha [Semana Justiça pela Paz em Casa](#). Desde seu início, em 2015, até este ano foram julgados 995 casos de feminicídio ou de tentativa de homicídio de mulheres cometidos em âmbito familiar. A ministra destacou, porém, a ocorrência frequente dos casos de feminicídios.

“Nestas semanas (Semana Justiça pela Paz em Casa, que ocorrem três vezes ao ano) tivemos um número elevadíssimo, felizmente, de julgamentos e tudo isso faz com que essa chamada Lei Maria da Penha seja considerada pela ONU a terceira melhor lei de proteção e combate à violência contra a mulher. Entretanto, nos últimos dias, por uma infeliz coincidência, o noticiário está avolumado de matérias não apenas sobre violência, mas sobre o assassinato praticado contra mulheres, agora tipificado na legislação brasileira como casos de feminicídios”.

O feminicídio é o crime de assassinato de mulheres com motivação no fato de a vítima ser do sexo feminino, com penalidades estabelecidas na Lei 13.104/2015. Os [dados recentes](#) mostram que foram instaurados 2.643 novos processos envolvendo feminicídio em 2017 e outros 1.287 novos processos em 2016. Considerando os casos nos quais não cabem mais recursos (processos baixados), foram 3.039 processos em 2017 e 1.261 processos em 2016.

Mesmo com a força da Lei Maria da Penha e com as penalidades aos agressores previstas na Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres segue em alta. Somente nos últimos dias tiveram destaque no noticiário o assassinato de Simone da Silva de Souza, de 25 anos, pelo marido, no Rio de Janeiro; de Tatiana Spitzner, 29 anos, também pelo marido, no Paraná; e de Carla Grazielle Rodrigues, 37 anos, em Brasília.

“Estamos, portanto, apenas registrando que todos esses atos de enorme violência não são apenas contra as mulheres, são contra toda a sociedade, são contra as crianças que veem e assistem a estes atos e que, portanto, dependem de cuidado. São contra os próprios homens que se veem em uma sociedade cada vez mais violenta e a violência não faz ninguém feliz”, disse a presidente do CNJ.

Na avaliação da ministra, a Lei Maria da Penha deve servir de parâmetro para conter as agressões contra o sexo feminino e para transformação de uma cultura de violência contra a mulher. “Isto não é por dependência afetiva, não é, como em outros momentos da História, considerado caso de excesso de amor. Isto é relação de poder, só isso. Estamos discutindo

situações que são graves e um péssimo exemplo para infância e juventude que cada vez mais a gente quer que viva em paz e sossego”, afirmou

Cármen Lúcia fez referência, também, ao trabalho do CNJ ao atuar de forma direta e profícua para o cumprimento da Lei Maria da Penha, lembrando que ainda há muito a ser feito para conter a violência doméstica e as agressões contra o sexo feminino. “Alguma coisa foi feita, muito há por fazer, mas naquela assertiva de que o caminho mais longo ou mais curto começa com o primeiro passo. E os passos foram dados e o CNJ, neste tema específico, cumpriu e vem cumprindo seu papel.”

Ainda nesta semana, em comemoração à Lei Maria da Penha, será realizada a XII [Jornada Maria da Penha](#), nas próximas quinta e sexta-feira, em Brasília. O evento é voltado aos profissionais do Sistema de Justiça que trabalham direta ou indiretamente nos casos ou processos de violência doméstica.

Luciana Otoni

[Cármen Lúcia quer chegar a 1000 júris de feminicídio](#)

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, conclamou o sistema judiciário nacional a alcançar, já em agosto, o total de mil sessões do tribunal de júri contra réus de feminicídio. A ministra espera atingir essa meta na 11ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, a realizar-se em todo o território nacional de 20 a 24 de agosto próximo. A recomendação foi transmitida aos coordenadores estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar na manhã desta segunda-feira (16/7).

[\(CNJ, 16/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Nas edições anteriores, desde 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa realizou 995 júris de feminicídio e tentativa de homicídio contra mulheres. “Faltam apenas cinco para mil. É um número que apresenta ao Brasil a resposta dos tribunais em um tema mundial. Teremos feito mil júris, o que não é fácil, de um tema específico. Acredito que seja inédito”, disse Cármen Lúcia.

“Isso sinaliza, também para as presidências dos tribunais, a importância do empenho na Semana”, afirmou a ministra. “Diversos segmentos querem prioridade, mas é preciso adequar a pauta dos júris à perspectiva de gênero. A Semana representa um salto neste ponto”, disse a juíza Andreara dos Santos, auxiliar da presidência do CNJ. A [Semana Justiça pela Paz em Casa](#) é realizada três vezes por ano: em março, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher; em agosto, por ocasião do aniversário da promulgação da Lei Maria da Penha; e em novembro, durante a Semana Internacional de Combate à Violência de Gênero, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Cármem Lúcia contactou procuradores-gerais de Justiça e defensores públicos-gerais para pedir atenção às audiências. “Sem a presença do Ministério Público, não há como fazer. Devemos, também, fazer um empenho junto à OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], que mostra muita boa vontade. Hoje, nas 27 seccionais, há uma coordenadoria da mulher.” As unidades contam com advogados dativos.

Leia mais:

[Cármem Lúcia traça meta de alcançar, em agosto, mil júris contra réus de feminicídio \(Jovem Pan, 17/07/2018\)](#)

[Semana Justiça pela Paz em Casa: prioridade para júris de feminicídio \(CNJ, 16/07/2018\)](#)

A ministra destacou dados do estudo [O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha - 2018](#). O trabalho indicou que juízes baixaram 18% mais ações em 2017, ante o ano anterior. No mesmo período, cresceu em 12% o total de processos de violência contra a mulher. Cármem Lúcia frisou a alta de 21% na concessão de medidas protetivas em 2017. E pediu aos coordenadores que apurem quantos municípios contam com serviço de Patrulha Maria da Penha, por guarda municipal ou polícia militar.



A ministra também tratou do [protocolo de intenções firmado entre o CNJ e o Conselho Federal de Psicologia \(CFP\)](#). “Vítimas me contaram que às vezes tentam esquecer e são chamadas, anos depois, para contar a mesma história. E cada pessoa é uma. Precisamos de uma estrutura para estabelecer: o que o juiz precisa aprender sobre o ser humano?”, disse Cármem Lúcia.

A reunião debateu também a revisão do Manual de Rotinas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Foi apresentada, ainda, prévia da programação da XII Jornada Maria da Penha, em 9 e 10 de agosto, em Brasília. Temas tratados com os coordenadores serão retomados na próxima reunião com os presidentes dos tribunais.

Isaías Monteiro

[Cármem Lúcia cria protocolo e cadastro de presas grávidas e lactantes](#)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vistoriou, entre janeiro e abril de 2018, 33 estabelecimentos penais femininos que custodiam mulheres grávidas e lactantes. As visitas representaram uma ação inédita do Poder Judiciário nos cárceres brasileiros, a fim de verificar as condições das presas gestantes e que estão amamentando.

[\(CNJ, 04/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A partir dessas observações dos presídios femininos, a presidente do CNJ, ministra Cármem Lúcia, determinou a criação do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes e a elaboração de um protocolo de recomendações ao sistema prisional para cuidados

padronizados à saúde das detentas gestantes, das lactantes e de seus recém-nascidos nas prisões.

Até o encerramento das visitas, no fim de abril, os estabelecimentos penais femininos tinham, segundo os números apurados, 212 mulheres grávidas e 179 lactantes. O Cadastro Nacional das Presas Grávidas e Lactantes, cujos dados vêm sendo divulgados no portal do CNJ desde janeiro deste ano, reflete o interesse da sociedade em ter informações sobre o tratamento que o Estado dispensa a essas mulheres e a seus bebês mantidos nos cárceres. [Veja AQUI](#) o quadro em constante atualização

O trabalho foi realizado pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Andremara dos Santos e pela assessora especial Luísa Cruz, responsáveis pela coleta de dados e análise das condições físicas das unidades prisionais, bem como pela verificação dos serviços de saúde destinado a essas mulheres.

Ao falar sobre as visitas que fez aos presídios, a juíza auxiliar salienta a perspectiva do gênero e a importância de se ter um olhar aguçado em relação aos diversos tipos de violência contra a mulher. “É preciso destacar a característica mais relevante da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, e como é essa política, que imprime a perspectiva de gênero na atuação institucional do Judiciário dentro de suas atribuições”, diz.

Em cada uma das visitas aos estabelecimentos penais, a magistrada utilizou um formulário com 30 perguntas. Entre elas, foram feitas indagações aos administradores dos estabelecimentos penais sobre a existência de acompanhamento médico às grávidas, realização de pré-natal, cuidados pós-parto e local de realização dos partos.

Em termos de abrangência, o CNJ esteve em presídios femininos de 26 unidades da Federação. Ficou de fora apenas o Amapá pelo fato de não ter sido constatado no Estado a existência de detentas gestantes ou que estivessem amamentando.

Contrastes

A realidade contrastante vista nas celas reforçou a necessidade de o CNJ propor uma padronização dos cuidados médicos às mulheres custodiadas pelo Estado, colocando algumas obrigatoriedades, entre as quais a de realização de pré-natal para as grávidas. As sugestões para uniformizar o tratamento a essas mulheres estão sendo formuladas e deverão ser concluídas até agosto.

Em uma das situações verificadas, em São Paulo a equipe do CNJ encontrou estabelecimentos penais com boa estrutura física e bem equipados, que possuem brinquedoteca e carrinhos de nenê, mas nos quais cresciam 14 bebês sem registro de nascimento.

Em outro caso, no Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua, no Pará, apesar da estrutura física antiga e de haver cinco bebês sem registro, a unidade prisional possuía ambulância à disposição em tempo integral para as grávidas e lactantes e instalações separadas para as gestantes e mulheres que estão amamentando.

No Distrito Federal, a Penitenciária Feminina possuía quatro bebês nascidos de presas grávidas que não estavam devidamente vacinados (sem BCG) após o parto. Em termos de cuidados, as grávidas e lactantes eram alimentadas com a mesma comida destinada às presas doentes.

“Hoje, a situação das grávidas, lactantes e de seus filhos está ao sabor do perfil do gestor”, afirma a juíza auxiliar do CNJ, uma situação que expõe a necessidade de uniformização dos procedimentos.



Equipe do CNJ entrevistando detentas grávidas e lactantes de presídios do Paraná. (Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNJ)

Bebês no cárcere

O levantamento feito pelo CNJ nos estabelecimentos penais visitados mostrou, no fim abril, que havia nos cárceres brasileiros 184 bebês com idade entre seis meses e um ano. O tratamento distinto nas prisões a que esses “brasileirinhos”, na expressão usada pela ministra Cármen Lúcia, é um dado a mais que reforça a importância de um procedimento padrão no sistema prisional em relação aos cuidados à saúde das mulheres em geral, das grávidas, das lactantes e de seus filhos.

Ao constatar a existência de recém-nascidos sem certidão de nascimento e sem a devida imunização nas prisões, a presidente do CNJ determinou a imediata regularização dos documentos dos bebês e das vacinas necessárias. Em algumas prisões, a equipe do CNJ constatou que os bebês permanecem com as mães e crescem em ambientes separados das demais detentas.

Em outras unidades prisionais, esses recém-nascidos passam o dia em berçários aos cuidados de terceiros e são levados para as mães à noite para dormir em celas. Em outro exemplo, o CNJ encontrou no Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça, em Rondônia, um espaço recém-inaugurado reservado aos berçários.

Só que na época não havia bebês no estabelecimento. O berçário, no entanto, possui as portas de ferro das celas originais para abrigar bebês, que evidentemente não possuem relação com crimes e contravenções.

“Vamos elaborar diretrizes para assegurar um fluxo padronizado para o atendimento das grávidas, lactantes e seus filhos”, disse Andremara dos Santos, ao frisar a importância de um tratamento uniforme também para os bebês, a começar pela obrigatoriedade do registro de nascimento e cuidados básicos de saúde.



A magistrada chama a atenção também para a necessidade da presença de um juiz da Vara da Infância e Juventude nos estabelecimentos penais em que houver filhos de presas. Isso porque, lembra Andremara dos Santos, os bebês ou crianças não têm qualquer relação com crimes e não devem, por isso, estar sob a responsabilidade das varas de execução penal.

Recomendações

As informações coletadas nos 33 estabelecimentos penais de 26 unidades da Federação permitirão ao CNJ elaborar um protocolo de recomendações a ser adotado pelos estabelecimentos penais em relação aos serviços de saúde e cuidados específicos às presas

grávidas e lactantes.

A finalidade é padronizar as instruções de forma que as prisões tenham atuação uniforme em relação a essas mulheres. A uniformização abrangerá, também, cuidados com os filhos das presas.

Entre as recomendações a serem feitas constam a realização de pré-natal, infraestrutura mínima para a saúde da mulher, cuidados com a saúde dos bebês de presas nos cárceres, obrigatoriedade do registro dos filhos de grávidas em estabelecimentos penais e a exigência da presença de um juiz da Vara da Infância e da Juventude nas unidades prisionais que estiverem abrigando bebês de detentas.

Luciana Otoni

Cármem Lúcia: Lei do Ventre Livre é de 1871, mas bebês ainda nascem na prisão

Em entrevista ao programa Link CNJ, que vai ar às quintas-feiras às 21h30 na Tv Justiça, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, afirmou que o Cadastro Nacional de Presos, em fase de implantação nos tribunais, vai resolver um dos maiores problemas do sistema carcerário: a falta de informações precisas sobre as pessoas detidas no País.

[\(CNJ, 25/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Teremos um cadastro nacional em que qualquer juiz do País poderá saber quem é a pessoa, juridicamente qual é o débito que ela tem com a sociedade, onde ela está”, detalhou.

Segundo Cármem Lúcia, o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), plataforma criada pelo CNJ que reúne dados pessoais e processuais de presos e pessoas procuradas, vai mostrar “um quadro da questão carcerária no que se refere ao Poder Judiciário”. O cadastro já conta com informações de 376.717, dados colhidos às 17h45 de quinta-feira (25/5).

Entre as informações disponíveis estão dados como tempo de pena, nome do juiz que o tiver condenado, para os presos com condenação definitiva; ou a acusação a que responde, no caso de presos ainda não julgados (provisórios). Pessoas com mandado de prisão não cumprido também terão seus nomes neste cadastro nacional.

Além dos dados dos detentos e de informações sobre onde e quando se deu a prisão, a ferramenta ajudará na gestão da justiça criminal. “Vamos ter o número exato de presos, porque, hoje, isto é contado pelo número de quentinhas ou de pães que são distribuídos nas penitenciárias”, afirmou Cármem Lúcia.

Grávidas e lactantes

O Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes foi outro tema abordado na entrevista, que foi ao ar nesta quinta-feira (24/5), em reportagem de Guilherme Menezes. A ministra detalhou o levantamento feito pelo CNJ em todos os estabelecimentos penais que abrigam mulheres nessas condições no Brasil.

“Gravidez não é doença, é bênção, mas a situação das mulheres grávidas e lactantes é mais grave pelo fato de elas estarem em uma circunstância de fragilidade do ponto de vista emocional. Nossa preocupação é com a saúde da mulher e do bebê”, afirmou a ministra. Informações extraídas do cadastro, até o último dia de 2017, revelaram que 622 mulheres presas no País estavam grávidas ou eram lactantes.

Desde o início de sua gestão no CNJ, Cármen Lúcia visitou 21 estabelecimentos prisionais que acolhem essas mulheres e também recém-nascidos. “A Lei do Ventre Livre é de 1871 e nós continuamos a ter brasileirinhos nascendo em penitenciárias sem ter feito nada. A minha preocupação é que eles nasçam e permaneçam em uma penitenciária, porque eles não têm o que pagar”, concluiu a ministra.

O cadastro vai permitir que o Judiciário conheça e acompanhe, continuamente, a partir de agora, a situação das mulheres submetidas ao sistema prisional brasileiro.

O programa Link CNJ é reapresentado às sextas-feiras, 5h30; aos sábados, 12h30, e terças-feiras, 7h30. A TV Justiça pode ser sintonizada por antena parabólica e também em todo o Brasil, pelas seguintes operadoras: DHT (canal 6), Embratel (canal 120), GVT (canal 232), Oi (canal 21), Sky (canal 167), Star Sat (canal 27) e Telefônica (canal 691). No Distrito Federal, nos canais 52 (digital), 26(Net Brasília) e 222 (TVA)

Assista aqui a íntegra da entrevista ao repórter Guilherme Menezes:

[Acesso da mulher ao conhecimento combate a desigualdade de gênero](#)

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, disse, nesta quinta-feira (10/5), que o acesso das mulheres ao conhecimento é estratégico no combate à desigualdade entre os gêneros. Em evento do Google de capacitação de mulheres para o mundo digital, em Brasília, a ministra afirmou que oportunidades de aprendizado têm potencial para transformar o destino das pessoas.

[\(CNJ, 10/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“A oportunidade de aprender e fazer do aprendizado um caminho novo na vida de cada um de nós nos ensina a aprender a ser aquilo que a gente quer ser. Por isso quero muito que um dia como hoje, com novas oportunidades de aprendizagem, seja para todas vocês uma oportunidade de mudar para ser o que cada uma quiser”, afirmou a ministra Cármen Lúcia.

A desigualdade entre gêneros resulta principalmente do preconceito e do protagonismo masculino na vida social, em que as leis são feitas majoritariamente por homens, segundo a ministra. Sem levar em conta a complementariedade do gênero feminino, cria-se um ambiente que impede a realização profissional e pessoal das mulheres. Para ilustrar a afirmação, Cármen Lúcia lembrou o poema “Mulher ao Espelho”, da poeta Cecília Meirelles: “Já fui loura, já fui morena, / já fui Margarida e Beatriz. / Já fui Maria e Madalena. / Só não pude ser como quis”.



Cármen Lúcia: as oportunidades de aprendizado têm potencial para transformar o destino das pessoas. (Foto: Abdias Pinheiro/Agência CNJ)

A diretora de *marketing* do Google, Susana Ayarza, citou dados do Fórum Econômico Mundial para mostrar que ainda há muito a ser feito pela igualdade entre homens e mulheres na sociedade. Em um *ranking* com 144 países, o Brasil figura na 90ª posição.

Estatísticas

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ganham em média 75% do valor do rendimento dos homens, apesar de representar maioria das pessoas com curso superior no Brasil - 23,5% contra 20,7% dos homens.

De acordo com a pesquisa [“Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”](#), uma mulher gasta 18 horas por semana com tarefas domésticas, contra 10 horas semanais de um homem. Nesse quadro desfavorável às mulheres, de acordo com a ministra Cármen Lúcia, aprender novos saberes é essencial para as mulheres se reinventarem e decidirem sobre o futuro com mais autonomia.

“Quando a gente aprende a aprender e aprender a fazer a partir do que aprendeu, a gente reaprende a ser, a gente se reinventa com o conhecimento que nos é trazido, com essa nova forma de fazer e a gente tem a capacidade de mudar”, disse.

Manuel Carlos Montenegro

Cármen Lúcia diz que leis são feitas por homens sem considerar a realidade das mulheres

Presidente do Supremo atribuiu o ‘enorme’ preconceito contra mulheres à disparidade de gênero no mercado de trabalho

(O Estado de S. Paulo, 10/05/2018 - acesse no site de origem)

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, afirmou nesta quinta-feira, 10, que as leis brasileiras são feitas, majoritariamente, por homens, sem levar em consideração a realidade das mulheres. “Somos parte de uma sociedade em que predomina ainda o olhar do homem pelo homem”, disse.

A presidente da Corte participou do “Womenwill” do Google, no Centro Internacional de Convenções de Brasília. O evento é uma iniciativa da empresa para criar oportunidades econômicas e promover o desenvolvimento das mulheres ao redor do mundo.

Ao subir no palco, a presidente foi ovacionada pelas mulheres presentes na plateia. “Leis são feitas majoritariamente por homens sem levar em consideração a nossa realidade, que é diferente e que se soma à do homem. Nós não queremos, definitivamente, um mundo de mulheres, por mulheres ou para mulheres. Queremos um mundo de homens e mulheres felizes”, disse Cármen.

Em sua fala, Cármen afirmou que a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho é decorrente de um “enorme” preconceito contra as mulheres. “Nós podemos ser maioria no Brasil em termos de formação intelectual, mas em termos de posicionamento no mercado de trabalho, é exatamente e, infelizmente, demonstração de que a igualdade ainda não aconteceu entre homens e mulheres”, afirmou.

Às mulheres presentes, Cármen destacou a importância de um aprendizado permanente. “Mas não adianta apenas aprender. Aprender e trancar como ideia na cabeça não resolverá a sua vida, nem a de ninguém. Quando a gente aprende a aprender e a fazer a gente reaprende a ser. A gente se reinventa com o conhecimento que é trazido, e temos a capacidade de mudar.”

Cármen falou por pouco mais de sete minutos. Às 13h30, a presidente da Corte recebe a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em seu gabinete. Em seguida, participa de sessão de julgamento, às 14h.

Teo Cury